

A precarização tem rosto de mulher: a luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP*

de Diana Assunção (org.)

Quando as mulheres se levantam contra a nova máscara da velha exploração de classe

por Renata Gonçalves**

No momento em que pela primeira vez no Brasil uma mulher assume a chefia da presidência da República, este pequeno grande livro organizado por Diana Assunção volta-se para as condições precárias de trabalho que atingem os trabalhadores em geral e, particularmente, as mulheres, revelando a importância das relações de gênero para a exploração capitalista de classe. Os últimos anos foram marcados por um forte aumento da participação feminina na chamada população economicamente ativa. Segundo o relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) de 2008, o número de mulheres que trabalham sob a exploração direta do capital aumentou em quase 200 milhões ao longo do último decênio, atingindo 1,2 bilhão em 2007, contra 1,8 milhões de homens. Esta expansão, ao lado do maior espraiamento do capitalismo pelo planeta, é um dos principais aspectos da recomposição do proletariado.

No caso do Brasil, observa-se o mesmo crescimento nas últimas décadas. Cerca da metade das mulheres constitui 52% da População Economicamente Ativa e apenas uma em cada três (36%) exercia atividade remunerada no mercado formal, revela pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2010. Detalhe importante se considerarmos que é no setor formal que se encontram os melhores salários, com níveis de escolaridade mais elevados e com garantias dos direitos trabalhistas.

* São Paulo: Edições ISKRA, 2011.

** Professora da Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista.
End. eletrônico: renata.goncalves25@unifesp.br

Para a região metropolitana de São Paulo, um dos principais termômetros das tendências gerais no mercado de trabalho no Brasil, dados recentes do Dieese mostram que, em 2007, “o rendimento médio das mulheres ocupadas equivalia a 67,5% dos ganhos médios dos homens ocupados”. A distribuição ocupacional: 52% das mulheres estavam no setor de Serviços. É neste universo que o livro organizado por Diana Assunção nos faz mergulhar.

Para além de dados quantitativos, a jovem pesquisadora – e também diretora do Sindicato dos Funcionários da USP – analisa a “evolução” do trabalho precário no interior de uma das maiores instituições de excelência do ensino superior, a Universidade de São Paulo, ao mesmo tempo em que traz à cena os protagonistas da precarização, especialmente as mulheres trabalhadoras terceirizadas da limpeza - atividade que, ao lado da segurança e do telemarketing, é uma das três maiores terceirizados mundialmente – onde constituem grande maioria.

A autora descreve a situação precária e de humilhação dos trabalhadores terceirizados da Dima, uma das empresas de limpeza contratadas pela USP: um salário de R\$ 369,33; um vale-refeição de R\$ 3,10 para cada dia efetivamente trabalhado; um auxílio-creche de R\$ 11,00 para crianças de até 1 ano e meio! Além disso, os serviços de creche e restaurante são negados aos trabalhadores terceirizados (p. 42). Como o plano de saúde baseia-se em sistema de “coparticipação”, com o desconto de parcela dos custos na folha de pagamento, os trabalhadores evitavam ir ao médico. Os resultados são os mais terríveis. Por exemplo, uma trabalhadora, mesmo sentindo fortes dores, não foi ao hospital. Quando, enfim, procurou auxílio medido, os trabalhadores se revezaram para que a empresa não percebesse a ausência. Mas o câncer já estava avançado demais e a trabalhadora morreu pouco tempo depois.

Para além dos constantes atrasos nos pagamentos e falta de material de limpeza bastante mencionados ao longo do livro, destaca-se o fosso que a terceirização aprofunda no seio da classe trabalhadora, colocando de um lado os trabalhadores efetivos, com direitos conquistados, com salários melhores e com o constante fantasma de se verem na condição dos terceirizados; e, de outro, os trabalhadores já no fim do túnel da precarização. Muitas eram as queixas à maneira como parte dos funcionários e estudantes da USP os tratavam: “Nós não éramos ninguém dentro da USP, servíamos para limpar, entrarmos calados e sairmos mudos. (...) falavam que a gente era uma ‘doença contagiosa’ e tinha uns que não chegavam nem perto da gente” (p. 45). Combater as condições precárias não era tarefa fácil. No momento das greves o temor de represálias ou de demissão impedia a união de classe: enquanto as efetivas optavam pela greve, as terceirizadas não viam saída que não a de trabalhar.

Frente às constantes formas de opressão, humilhação, exploração, começou a haver faíscas de resistências. Os trabalhadores começaram a perceber que os problemas não eram individuais: “a gente só ficava sabendo das coisas de um e de outro”; “ah, aconteceu isso e isso”; “olha, a gente sofreu assédio moral, dá prá

“você serem testemunhas da gente?”; “eu vou colocar a firma na justiça porque está acontecendo tal coisa” (p. 58). Estabeleceram uma rede de informações para que soubessem o que acontecia com um e outro e formaram as primeiras *linhas de frente* como um “mecanismo de discussão e organização do conjunto dos trabalhadores para tomarem ações unificadas” (p. 59). E estas linhas de frente tinham um rosto de mulher, até porque mulheres eram maioria dos terceirizados.

O Sintusp, assim como alguns estudantes, desempenhou papel primordial na luta dos terceirizados. Com um comando de greve organizado pelos trabalhadores efetivos, as linhas de frente foram fundamentais para a paralisação de três dias dos trabalhadores da Dima, no final de 2005. A empresa, que precisava garantir o serviço e mostrar que podia neutralizar a luta, não negociou e enviou, logo no primeiro dia, duas vans com trabalhadores de diferentes lugares da cidade para substituírem os trabalhadores paralisados da USP. O bate-boca inicial foi aos poucos sendo substituído por explicações sobre o porquê da paralisação e também começaram a falar que viviam as mesmas condições precárias de trabalho e que só estavam ali porque a empresa havia prometido fazer o pagamento naquele dia. Convencidos de que era mentira, se juntaram aos grevistas e passaram a apoiar as reivindicações. Após 3 dias de paralisação, a Reitoria cortou a verba da Dima e esta, por sua vez, repassou a fatura aos trabalhadores: descontou os dias paralisados. Como bem observa a autora, a Reitoria da USP se livrou do problema: decidiu pela saída da empresa e a conseqüente demissão dos trabalhadores terceirizados que para terem seus direitos garantidos e salários pagos teriam de recorrer à Justiça do Trabalho. Muitos desistiram e outros apostaram no apoio do Sintusp. Depois de ocupações do hall da Reitoria e negociações com a linha de frente, conseguiram impor que a empresa, ao demiti-los, lhes pagasse todos os direitos. Além disso, escreve Diana Assunção, “ficou garantido que a empresa que ganhasse a licitação para substituir a Dima daria prioridade na contratação dos trabalhadores demitidos” (p. 69). Outro mérito do Sintusp em defesa da unidade dos trabalhadores foi a aprovação, em 2006, em seu congresso estatutário, do programa de incorporação de todos os trabalhadores e trabalhadoras terceirizados sem necessidade de concurso público.

A autora observa que, a partir da paralisação de 2005, ocorreu maior aproximação dos trabalhadores terceirizados com os estudantes que os apoiavam e com o Sintusp, revelando-se a necessidade de unificar as lutas por melhores condições de trabalho e pelo ensino público. A maior delas foi a greve de 2007, com a ocupação da Reitoria, que fez retroceder parte dos projetos de privatização do governo de São Paulo. Esta organização não impediu que a nova empresa contratada, a União, demitisse pouco tempo depois, em período de férias, 100 trabalhadores terceirizados. Mas a autora chama a atenção para dois aspectos importantes desta luta. O primeiro deles é a potência política dos trabalhadores unificados. Afinal, os efetivos de hoje podem ser os terceirizados de amanhã de manhã. O segundo aspecto é a força das mulheres que,

do mais baixo escalão da limpeza, se levantam contra a nova máscara da exploração de classe e se conscientizam da necessidade de romper as barreiras do machismo nos vários espaços, inclusive dentro de casa. Como menciona uma das protagonistas da luta dos terceirizados da USP, “nesta luta, eu aprendi que não podia ter um patrão dentro de casa”.

A opressão das mulheres é no capitalismo um dispositivo que permite gerir o conjunto da força de trabalho. A dominação capitalista de classe se efetiva produzindo e reproduzindo “diferenças” que, no fundo, reforçam desigualdades e dividem cada vez mais a classe trabalhadora. Se a precarização/terceirização tem cada vez mais um rosto de mulher, este livro não deixa dúvida de que a luta por sua superação também se faz no feminino.

Bibliografia

- DIEESE (Dep. Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). *Mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo: Especial Mulheres*. 2008. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/sp/pedrmsp_Mulheres2008.pdf>. Acesso em mai 2011.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (2010). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*. São Paulo: Perseu Abramo. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>>
- OIT. (2008). *Tendances mondiales de l'emploi des femmes*. Genebra, Disponível em : <<http://www.ilo.org/global/>>. Acesso em mai.2011.